

CORPOS RELIGIOSOS QUE ATRAVESSAM A PSICOLOGIA: A RELIGIÃO NA INTERSECCIONALIDADE DE PSICÓLOGOS E PACIENTES NO BRASIL

RELIGIOUS BODIES THAT INTERSECT WITH PSYCHOLOGY: RELIGION IN
THE INTERSECTIONALITY OF PSYCHOLOGISTS AND PATIENTS IN BRAZIL

*Rebecca Ferreira Lobo Andrade Maciel, docente do curso de Psicologia - UNIFESO,
e-mail: rebeccamaciel@unifeso.edu.br*

*Alessandra dos Santos Silva, discente do curso de Psicologia - UNIFESO,
e-mail: aleleitura@hotmail.com.*

*Daniel Soares Saraiva de Castro Mattos, discente do curso de Psicologia - UNIFESO,
e-mail: danielsscmattos@gmail.com*

*Anna Clara Albernaz Dias Carreiro, discente do curso de Psicologia - UNIFESO,
e-mail: annaclaradias1003@gmail.com*

*Juan Pablo Portella Corguinha, discente do curso de Psicologia - UNIFESO,
e-mail: juanpablopcorguinha@gmail.com*

RESUMO

Entendendo a complexidade e os atravessamentos que ocupam a temática da religião, uma das formas de abordarmos eticamente o assunto é pela interseccionalidade (Collins, 2019). Esta serve metodologicamente como base para diferenciar os corpos que são implicados pela religião. Assim, a pesquisa tem como objetivo principal analisar interseccionalidades, com foco na religião, em dados qualitativos e quantitativos sobre psicólogos e pacientes. O percurso para tal ponto passa por definir terminologias chaves; comparar dados sociodemográficos; categorizar pesquisas científicas e desenvolver uma leitura crítica interseccional de casos clínicos. A metodologia escolhida é quali/quantitativa, sendo dividido em quatro momentos de análises: (1) Comparação de dados do IBGE, Datafolha e CensoPsi, (2) Categorização de 53 artigos com os descritores “religião” e “psicologia” na plataforma SciELO, (3) Análise Crítica do Discurso (Ramalho, 2005) de estudos de casos (4) Integração dos materiais das etapas anteriores. Desse modo, com a reflexão levantada de dados censitários, artigos científicos e estudos de caso, o resultado obtido é a construção de um arcabouço de informações éticas e consistentes de uma prática psicológica laica com sujeitos religiosos.

Palavras-chave: Psicologia; Religião; Interseccionalidade.

ABSTRACT

Understanding the complexity and intersections surrounding the theme of religion, one way to ethically approach the subject is through intersectionality (Collins, 2019). This serves methodologically as a basis for differentiating the bodies implicated by religion. Thus, the main objective of this research is to analyse intersectionalities, focusing on religion, in qualitative and quantitative data on psychologists and patients. The path to this point involves defining key terminologies; comparing sociodemographic data; categorizing scientific research; and developing a critical intersectional

reading of clinical cases. The chosen methodology is qualitative/quantitative, divided into four stages of analysis: (1) Comparison of data from IBGE, Datafolha, and CensoPsi, (2) Categorization of 100 articles with the descriptors “religion” and “psychology” on the SciELO platform, (3) Critical Discourse Analysis (Vieira, 2005) of case studies, and (4) Integration of materials from the previous stages. Thus, through reflection based on census data, scientific articles, and case studies, the result obtained is the construction of a framework of ethical and consistent information for a secular psychological practice with religious subjects.

Keywords: Psychology, Religion, Intersectionality.

1. INTRODUÇÃO

Segundo o último censo do IBGE (2022), 92% da população brasileira possui algum tipo de vinculação religiosa. É assegurada por lei a liberdade religiosa no Brasil, no artigo 5 inciso VI da Constituição Federal de 1988, a todas as pessoas e que nenhum profissional pode ser proibido de exercer uma profissão devido a sua espiritualidade.

Entretanto, o profissional da psicologia deve ser capaz de diferenciar a sua perspectiva religiosa (ou a falta dela) da atuação clínica, impedindo que suas convicções pessoais, atrapalhem o processo terapêutico. A psicologia tem compromisso com a escuta ativa, acolhedora e sem julgamentos, independentemente da religiosidade dos sujeitos. Dessa maneira, é de grande importância compreender como a temática da religião atravessa o Código de Ética do Psicólogo, para que seja delimitado de forma ética o que é permitido ou não, durante a atuação profissional.

De acordo com o Art. 2º, alínea b – Resolução CFP nº 010/2005 ao psicólogo é vedado “Induzir a convicções políticas, filosóficas, morais, ideológicas, religiosas, de orientação sexual ou a qualquer tipo de preconceito, quando o exercício de suas funções profissionais”. (CFP, 2005, p 8). Essas diretrizes vão de encontro com as ideias que Rubem Alves traz em seu texto *Os amoladores de faca*, segundo o autor:

O autoritarismo dos ‘pontos de vista’ funda-se no esvaziamento da implicação coletiva e da construção histórica e sociopolítica do olhar e do outro. O preconceito remetido a uma questão pessoal esvazia suas tramas com o poder, sua eficácia política na manutenção e na desqualificação dos modos de existir’. (Alves, 2005, p 48)

Desse modo, é preciso que a prática profissional seja respaldada em condutas éticas e cuidadosas. Impor ao outro sua fé ou a falta dela, camuflada de ‘opinião pessoal’, negligenciando-o, torna-se um imperceptível tipo de violência, além de tirar de si a responsabilidade da opressão. Os psicólogos devem se atentar para não se tornarem “amoladores de faca”, que segundo Rubem Alves (2005) são indivíduos que retiram da vida o sentido de experimentação e criação coletiva, além de desqualificar os modos singulares de existência.

O psicólogo deve sempre considerar a subjetividade de cada sujeito, assim, respeitando suas ideologias e considerando seu contexto social e cultural, enxergando o indivíduo como um todo: Um ser biopsicossocioespiritual, com foco na promoção da qualidade de vida do paciente de maneira integral.

A temática religiosa não é estranha à psicologia (Dalgarrondo, 2009). Nos primórdios da psicologia, com Wundt, em sua coletânea de dez livros, Psicologia dos Povos (1900-1920), abordou a temática da religião em três destes chamados Psicologia dos Mitos e Religiões, demarcando claramente que essa poderia ser uma área de interesse da área a se criar. Depois temos o marco histórico com Sigmund Freud, que consistentemente pensava esse tema em seus livros “Totem e Tabu” (1913), “Futuro de uma Ilusão” (1927), “Mal-Estar da Civilização” (1930) e fecha sua vida com “Moisés e o Monoteísmo” (1939). C.G. Jung produziu mais de dez livros acerca da religião (1939, 1941, 1942, 1944, 1945, 1946, 1948, 1951, 1952, 1958, 1960 e 1967), o que aponta para o fato da temática ser valorizada desde o início da produção

de conhecimento em psicologia. Vemos também a temática religiosa em outros clássicos como Maslow que em 1964 escreveu “Religião, valores e experiências culminantes”, Stanley Hall e principalmente William James que em 1902 publica “A Variedade da Experiência Religiosa”. Dentro desse campo, alguns termos foram consolidados como “religião”, “religiosidade” e “espiritualidade”.

A fim de sermos fiéis às diferenças existentes nessas experiências, o conceito de interseccionalidade nos ajuda como base. A interseccionalidade (Collins, 2019) se torna uma matriz analítica necessária para entendermos os jogos de poder que vêm nessas identidades de modo interpessoal, disciplinar, cultural e estrutural. No debate de direitos humanos, ciberfeminismo, raça, sexo e as políticas públicas, a interseccionalidade já aparece mais consolidada que nos estudos em religião. A interseccionalidade nos possibilita olhar o campo religioso com discussões sobre privilégios raciais e heteronormativos (Díaz-Benítez & Mattos, 2019). Cada mulher entrevistada tem suas vivências atravessadas muito além das questões de gênero e de religião. A ferida racial em nosso país e as violências LGBTfóbicas, ao lado de um Brasil extremamente desigual nas diferenças de renda, faz com que os corpos religiosos precisem de um olhar para além da própria religião.

Para desenvolver esse ponto, parte-se de uma metodologia da Análise do Discurso Crítica com o referencial interseccional, que construiu a leitura bibliográfica de aporte ao campo. Crenças são atravessadas contextualmente e quando lemos essas experiências de formas interseccionais isso fica em evidência. Além disso, o discurso religioso traz em si enunciados que não são explicitamente religiosos, mas que dizem respeito a práticas e leituras de mundo. Assim, a análise crítica do discurso ajuda a perceber como esses atravessamentos aparecem e os tensionamentos de poder (Ramalho, 2005).

Para se falar de pessoas religiosas, é importante um olhar a partir da interseccionalidade. Se falarmos de diferentes classes sociais, ter uma vida sexual ou não, engravidar ou não são assuntos que terão percepções e entendimentos diferentes. Há atravessamentos também de estado civil, idade e raça. De modo próprio, cada um desses pontos tem interseções com a religião e devem ser observados. A religião pode ser vista como um marcador social da diferença, que aponta para relações de poder, assim como gênero e raça. A objetificação de mulheres negras, o controle de seus cabelos e vivências aparecem nos relatos das evangélicas, assim como o poder da autodefinição e a busca da própria voz entre a fé, em acordo com as contradições de supostos espaços de segurança.

A incidência de quadros de depressão e ansiedade são maiores em mulheres, indivíduos que ocupam status social baixo e são economicamente marginais. Então, os aspectos de raça e classe se encontram com a categoria gênero. E, interseccionando a religião, as mulheres podem ter apoio emocional, financeiro e motivacional nas igrejas em momentos que não têm condição de pagar uma psicoterapia (Mariz, 1991). Apesar de não substituir a prática do psicólogo e com o aumento da profissão em serviços públicos, a religião ainda é uma referência das demandas de cuidado. Para isso, precisamos de detalhes acerca do cuidado com a população religiosa em si, que tem cor, gênero, sexualidade e classe que dentro de uma percepção interseccional não pode ser posto à margem.

Em suma, a pesquisa se justifica pela presença massiva de religiosos no Brasil, pelas particularidades que cada experiência religiosa apresenta em suas interseccionalidades e pela necessidade de avanço nas pesquisas que unem a temática da religião e da psicologia a fim de produzirmos um país com mais cuidado em saúde mental e mais atenção a subjetividades. Assim, o objetivo geral é analisar interseccionalidades, com foco na religião, em dados qualitativos e quantitativos sobre psicólogos e pacientes. Esse objetivo é destrinchado em etapas menores, específicos, como: definir terminologias-chaves: interseccionalidade, religião, religiosidade e espiritualidade; Comparar dados sociodemográficos nacionais com o CensoPsi; categorizar pesquisas científicas na área de Psicologia e Religião; desenvolver uma leitura crítica interseccional de casos clínicos atravessados pela religiosidade.

Foram divididas as sessões do artigo, para melhor compreensão e os momentos da pesquisa. A primeira foi a revisão bibliográfica, trazendo os principais referenciais teóricos para a pesquisa e para as discussões e análises iniciais; em seguida passou-se para a metodologia, onde fizemos as comparações de dados sociodemográficos, levantamento de artigos acerca do tema e suas interseccionalidades, análise crítica de casos e cruzamento de dados; seguindo para análises de casos e discussões e por fim as considerações finais.

2. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Para o levantamento de literatura destinada a essa pesquisa, precisou-se utilizar os conceitos de religião, religiosidade e interseccionalidade. Depois de aprofundado esses tópicos, houve a revisão do Código de Ética e da Resolução 07/23 acerca da laicidade. Apesar do importante pontapé, seguiu-se com uma análise mais exploratória de 53 artigos que usavam essas palavras-chaves. Destas, os integrantes da pesquisa puderam se aprofundar nas que demonstraram relevância à discussão.

Diante dos artigos levantados pelo grupo de iniciação científica, pôde-se observar que o ano de 2019 foi o ano com o maior número de publicações com 7 artigos demonstrando uma crescente produção de estudos nos últimos 5 anos na temática da religião, religiosidade e espiritualidade. Dentre os 53 artigos levantados, 1 artigo, a respeito da laicidade na psicologia e democracia diante do fundamentalismo religioso observado no Brasil recentemente, foi trazido por 3 dos 4 alunos integrantes do grupo, o que pode denotar maior identificação do grupo com a relevância da temática.

Em uma análise territorial dos artigos coletados, podemos perceber uma predominância da região Sudeste nas publicações com um percentil de aproximadamente 42%, com maior número de publicações para o Estado de São Paulo com aproximadamente 18% de todas as publicações levantadas. Logo, ainda é possível perceber a centralidade dos estudos nesta região do Brasil.

Seguindo, a região Sul do país aparece com aproximadamente 27%. Tais números podem se relacionar ao número de pesquisas sobre a temática religião/religiosidade/espiritualidade, visto que a região Sudeste, segundo dados do Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo - SEMESP (2025), conta com mais de 1400 instituições de Ensino Superior, o que possibilita maiores oportunidades de se debruçar sobre o tema, ainda em crescimento contido. Quando levantadas as demais regiões do país, o Nordeste apresenta 850, região Sul 630, região Centro-Oeste próximo de 500 e região Norte com cerca de 360 instituições, todas somadas públicas e privadas.

No que se refere a linha temporal das publicações percebe-se baixas produções antes de 2010 com aproximadamente 13% das publicações, com maior crescimento entre os anos de 2011 e 2019 com 50%, e entre 2020 e 2025 representa 37 % das publicações levantadas, evidenciando que entre 2011 e 2019 foi o período de maior número de publicações na temática.

Ao analisar os dados obtidos através da pesquisa bibliográfica realizada pelo grupo, pode-se perceber que a temática da religiosidade/espiritualidade começou a ser abordada tardiamente no campo da psicologia. Embora a psicologia tenha sido reconhecida como profissão no Brasil no ano de 1962, analisando a base de dados obtida pelo grupo, o primeiro texto abordando o tema é de 2007.

Um dos artigos, publicado em 2010, pouco tempo após o primeiro texto, já revela a importância dessa discussão, abordando sobre a maternidade prematura em UTIs. Vêras (2010) apresenta como a religiosidade é uma ferramenta de suporte emocional através do lugar comum de sofrimento atravessado por outras mães, que em condições semelhantes, encontram na religiosidade uma comunidade de trocas e apoio mútuo, um lugar de escuta e de união bem como uma relação entre a religiosidade e diminuição do estado de tensão e estresse destas mães.

Noutro artigo, já vemos uma discussão diretamente sobre a psicologia. No artigo “Espiritualidade e saúde mental: O que as evidências mostram?” dos autores Alexander Moreira Almeida e André Stroppa (2012), evidencia-se ainda mais como a temática R/E (religiosidade/espiritualidade) passou a ganhar destaque na área da psicologia de maneira tardia, pois o texto relata que, apenas nesse período, a temática veio recebendo seu devido reconhecimento através de milhares de estudos publicados a respeito.

O texto mostra que existe um significativo reconhecimento, por parte de profissionais da psicologia e pesquisadores, sobre a importância da R/E em questões ligadas à saúde. A quantidade de pesquisas vem crescendo cada vez mais e indica que a maior parte da população possui alguma R/E e que desejam que essa temática seja abordada clinicamente. Entretanto, analisando por outra óptica, tais estudos evidenciam que a maioria dos clínicos não sabe como tratar a religiosidade em sua prática clínica, pois não recebem treinamento adequado para tal. Assim, podem ocorrer duas questões: o clínico ignorar o tema, mesmo sendo essencial para o paciente, ou abordar de acordo com suas convicções. Essas condutas vão diretamente contra o Código de Ética do Psicólogo, pois podem gerar tanto a discriminação das crenças do paciente quanto a imposição do que julga correto. Assim, é evidente a necessidade de maior preparação dos psicólogos e estudantes de psicologia sobre essa temática tão importante, capaz de promover saúde de maneira integral na vida dos indivíduos.

Ainda sobre a importância da religião para o campo da psicologia, o artigo “Influência da Religiosidade/Espiritualidade no Contexto Psicoterapêutico” (Henning-Geronasso, 2015) evidencia que a presença da religiosidade/espiritualidade no contexto psicoterapêutico é inevitável, já que se trata de uma dimensão intrínseca da experiência humana. Atualmente, após a pandemia, em que a busca por sentido e apoio espiritual cresceu, essa discussão se torna ainda mais pertinente para a formação de psicólogos. Diante disso, percebe-se que a formação acadêmica pouco se aproxima da teologia, tratando a religiosidade mais como fenômeno sociocultural do que como possibilidade de diálogo profundo com saberes religiosos. Ademais, isso aponta para uma lacuna no preparo dos profissionais, que acabam aprendendo a lidar com tais questões apenas na prática clínica, reforçando a necessidade de integrar essa discussão nos currículos.

O artigo “Religiosidade e experiências de sofrimento mental entre usuários da rede pública brasileira de saúde” (Oliveira, Peixoto & Serpa, 2021), complementa a necessidade de integração pensando no âmbito público da psicologia. Este estuda a religiosidade, a experiência do sofrimento mental e suas relações no contexto da rede pública de saúde no Brasil, objetivando pesquisar de que maneira se dá a transformação da experiência. Os resultados apresentados revelam que a religiosidade produz benefícios sobre as experiências de sofrimento mental, evidenciado no engajamento dos rituais religiosos, no suporte social e no fator protetivo perante o suicídio.

“Espiritualidade e resiliência na adultez e velhice: uma revisão” é outro artigo (Margaça & Rodrigues, 2019) que a espiritualidade é abordada como elemento motivador da resiliência, em duas fases do ciclo vital: na adultez e na senescência. O estudo salienta que de acordo com Pargament (1997) e Koenig (2009), a religião oferta recursos que contribuem para minimizar a depressão, a ansiedade e o suicídio, condições comuns entre os idosos;

Outros grupos são atravessados pela interseccionalidade de religião e saúde mental. “A Experiência Religiosa/Espiritual de Lésbicas, Gays e Bissexuais: Uma Revisão Integrativa de Literatura” escrito Estrázulas e Moraes (2019), propuseram por meio de revisão integrativa de literatura nacional e estrangeira, especificar a produção científica concernente a vivência da religiosidade/espiritualidade (R/E) em lésbicas, gays e bissexuais (LGBs), entre os anos 2005 a 2015. Os resultados apontam que a R/E pode se apresentar tanto como fator de risco quanto de proteção, a depender do contexto. Por exemplo, LGBs que possuem uma religião que os condena com base em sua orientação sexual, vão

estar mais vulneráveis a sofrimentos psíquicos que afetam a saúde, o bem-estar e as relações interpessoais (Cowan et al., 1996). Em contrapartida, aqueles que participam de igrejas inclusivas ou práticas religiosas satisfatórias, reduzem os índices de ideação/tentativa de suicídio (Kralovec et al., 2012 apud Estrázulas e Moraes, 2019), além de, diminuir o vínculo sexual com múltiplos parceiros, e consequentemente evitar comportamentos sexuais de risco, atenuando a exposição ao HIV/AIDS, e uso de drogas (Foster et al., 2011; Hatzenbuehler, Pachankis, & Wolff, 2012 apud Estrázulas e Moraes, 2019).

Embora o Brasil venha pesquisando há mais de um século o enlace entre religiosidade e transtornos mentais, o tema precisa ganhar mais visibilidade na contemporaneidade. Portanto, a pesquisa apresenta um cenário com viés crítico de análise a respeito da produção de saúde mental e religião no Brasil. O artigo “Estudos sobre religião e saúde mental realizados no Brasil: histórico e perspectivas atuais” (Dalgalarondo, 2007) apresenta uma pesquisa de Torres (1986), que investigou como a religiosidade, o medo da morte e atitude frente ao suicídio se conectam. Selecionou um grupo de religiosidade extrínseca, onde observou que a ortodoxia religiosa (adesão rígida a crenças religiosas) não tem relação com o medo da morte. Em suma, nem a ortodoxia, tampouco o medo da morte se mostra um indicador confiável para prever se o indivíduo irá aceitar ou rejeitar a ideia do suicídio. Já o grupo de religiosidade intrínseca, a ortodoxia religiosa e o medo da morte estão inversamente relacionados, ou seja, quanto mais ortodoxo o sujeito, menor o medo da morte. Tal estudo concluiu que a aceitação do suicídio reduz à medida que a ortodoxia religiosa aumenta. Isso indica que, para quem vive a religião de maneira profunda e autêntica, há maior rejeição ao suicídio e menor temor da morte, provavelmente devido as crenças sobre vida pós-morte ou sentido espiritual da existência.

Através da análise dos artigos selecionados pelo grupo, é possível perceber que a maioria dos profissionais que se interessaram em escrever sobre o tema, são psicólogos, psiquiatras e teólogos, o que faz muito sentido, visto que os textos são relacionados com saúde mental e religião. Entretanto, o que chama atenção é a presença de nomes ligados a outras áreas da saúde, como enfermeiros e também pessoas ligadas a estudos sociológicos e de ciências sociais. Esses dados, evidenciam a interdisciplinaridade do tema e demonstra que a compreensão da interseccionalidade entre saúde mental e religiosidade, não se limita apenas a psicólogos e religiosos, mostrando que a compreensão dessa relação é beneficiada através da inclusão de diferentes perspectivas profissionais, visando melhorar a análise e ampliar a reflexão sobre práticas e pesquisas nessa área.

3. METODOLOGIA

A pesquisa se estrutura com momentos quantitativos e qualitativos, se dividindo em quatro (4) momentos.

1. Comparação de dados sociodemográficos.

Esta etapa utilizou o material levantado pelos censos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), Datafolha e CensoPsi. Cada uma dessas plataformas traz consigo informações acerca de religiões, território, gênero e raça e será utilizado em comparação ao CensoPsi, levantado em 2022, que identifica os perfis de psicólogos em nosso país. Dessa forma, essa etapa dá uma percepção nacional e sociológica de apoio para entendermos o público que acessa a psicologia e os próprios psicoterapeutas.

2. Levantamento de artigos acerca do tema e suas interseccionalidades.

A realização de pesquisas exploratórias é um passo crucial para a aproximação dessa área de conhecimento tão negligenciada nos espaços acadêmicos. A partir disso houve uma procura ativa em revistas acadêmicas em Psicologia que estão hospedadas na plataforma Scielo e que apresentam artigos nos últimos 10 anos com a presença de pesquisas que trazem consigo a articulação de algum

desse termos com a psicologia: religião, religiosidade e espiritualidade. Foram levantados 53 artigos que serão categorizados quanto a tema, ano, região da pesquisa, religiões citadas e a presença de interseccionalidade. Com tal procura realizada, poder-se-á identificar lacunas, qualidade de pesquisa, temas aprofundados ou não.

3. Análise crítica de casos

A partir da Análise do Discurso Crítica (Ramalho, 2005) e a metodologia interseccional (Collins, 2019), se estuda casos pertencentes ao artigo da Mandrágora (Maciel & Mattos, 2022) e na Biblioteca CEH/A da UERJ, em acesso livre na internet desde junho de 2023. Observou-se também casos do documento do CFP Tentativas de Aniquilamento de Subjetividades LGBTIs (2019). Os alunos puderam observar em casos concretos a relação entre interseccionalidade e religião.

4. Cruzamento de dados

Aqui se atravessaram os dados numéricos com os qualitativos, a fim de entendermos o quanto a experiência destas mulheres corresponde ao que tem se visto em pesquisas científicas e representam a população religiosa no Brasil. Esta etapa também foi importante para se identificar lacunas quanto às pesquisas quantitativas e qualitativas na área de psicologia e religião.

3.1 Análises de casos e discussões

A priori, nos foram apresentados casos clínicos que deveríamos relacionar diretamente com os textos coletados durante a pesquisa, dentre eles foram selecionados os seguintes casos:

1. Um caso que chama bastante atenção e se conecta diretamente com o *texto* “A experiência Religiosa/Espiritual de Lésbicas, Gays e Bissexuais: Uma Revisão Integrativa de Literatura” (Estrázulas e Morais, 2019) e com o Código de Ética do Psicólogo, é o caso de um homem cis, negro e de 23 anos, cuja identidade não foi divulgada. Durante um dia comum, ao ser percebido como homem gay, foi abordado por um psicólogo que afirmava que através de uma “terapia reparatória” ele poderia “vencer o homossexualismo” dessa forma, passaram a se encontrar semanalmente via Skype. O paciente relata que durante os encontros, era orientado “a fazer coisas de homem”, como algumas atividades e esportes. Além disso, mencionou que durante as sessões, o nome de Jesus era muito declarado. O psicólogo dizia para ele “entregar a Jesus o que estava sentindo”. O paciente relatou que havia sim um cunho científico durante as sessões, entretanto, um cunho religioso fortíssimo predominava.

2. No caso de um homem cis, gay, de 21 anos, o relato evidencia uma lógica religiosa que define a homossexualidade como uma escolha moralmente reprovável e como efeito de forças externas, o que configura a atribuição de culpa sobre a vida afetiva do sujeito. Essa concepção contrasta frontalmente com o arcabouço científico e com as abordagens psicológicas contemporâneas, que compreendem a orientação sexual como um componente identitário e não como escolha voluntária (Drescher, 2015). Além disso, a narrativa de “libertação” reforça mecanismos de controle moral que produzem estigmatização e sofrimento psíquico. A operacionalização dessa lógica religiosa produz efeitos concretos, como vergonha, homofobia internalizada e ruptura com redes de apoio social que poderiam promover acolhimento. Esses discursos não apenas interpretam a realidade, mas a produzem, funcionando como dispositivos de normalização que pressionam o indivíduo a suprimir desejos e afetos para corresponder a um modelo heteronormativo legitimado pela comunidade religiosa (Foucault, 1979; Foucault, 1996). Trata-se, portanto, de um conflito entre a experiência subjetiva e um regime discursivo que produz “verdades” normativas. Torna-se evidente, assim, que o sofrimento não se deve à orientação sexual em si, mas ao regime discursivo que a transforma em objeto de correção moral, o que demanda que práticas de cuidado e reflexão crítica desloquem o foco da “mudança” para a promoção da autonomia, em consonância com princípios profissionais hodiernamente consagrados

(CFP, 1999; CFP, 2005), exigindo a desconstrução de discursos moralizantes e o reconhecimento dos impactos psicossociais da noção de que a identidade sexual seria mera escolha.

3. De modo semelhante, na narrativa de uma mulher cis, lésbica, de 20 anos, observa-se o uso da religião como mecanismo de coerção familiar, sobretudo quando a mãe condiciona afeto e aceitação à renúncia da identidade lésbica da filha. A chantagem emocional presente no discurso materno, incluindo ameaças veladas associadas ao sofrimento ou à morte, constitui uma forma expressiva de violência simbólica. Nesse contexto, a atuação do pastor opera como instância legitimadora desse discurso, pois ao reiterar interpretações condenatórias transforma expectativas familiares em imperativos religiosos. Tal dinâmica corresponde ao que Foucault descreve como a produção de verdades por meio do discurso, na qual instituições e autoridades conferem força normativa aos enunciados, criando um circuito de poder que reforça a submissão da jovem e intensifica seu sofrimento (Foucault, 1996). Práticas espirituais empregadas como resposta à orientação sexual, como jejuns, orações e leituras bíblicas, passam então a funcionar como instrumentos de uma heteronormatividade disciplinar, a ponto de a própria jovem internalizar a ideia de que “só precisa se tornar hétero”. Esse processo deve ser compreendido não como cuidado espiritual, mas como imposição social, o que torna necessário que práticas de cuidado e análise assegurem a proteção da autonomia e combatam a confluência entre coerção familiar e validação religiosa que produz violência psíquica.

4. Frente ao caso de um homem cis, gay, de 19 anos, a conduta de psicólogos que utilizam leituras bíblicas ou indução moralizante com o objetivo de modificar a orientação sexual de um paciente revela uma violação grave dos princípios fundamentais da ética profissional. O Código de Ética Profissional do Psicólogo e as resoluções do Conselho Federal de Psicologia reafirmam que nenhuma prática psicológica deve patologizar a homossexualidade ou buscar sua “correção” (CFP, 1999; CFP, 2005), sendo igualmente antiético impor convicções religiosas em contexto clínico, uma vez que tal prática fere o dever de promover autonomia e se configura como coercitiva. Além disso, certos retiros religiosos, embora apresentados como espaços de acolhimento, utilizam rituais que operam como mecanismos de persuasão emocional, reforçando vergonha, culpa e tentativas de conversão compulsória. Pesquisas contemporâneas demonstram que práticas de conversão, mesmo quando não se apresentam explicitamente como médicas, estão associadas a sofrimento psicológico grave e à reafirmação da heteronormatividade como ideal obrigatório. Nesse sentido, o processo histórico de despatologização da homossexualidade constitui elemento central dessa análise, uma vez que a retirada da homossexualidade do DSM em 1973 e a exclusão subsequente de classificações diagnósticas similares reduziram drasticamente a legitimidade científica de qualquer prática de “conversão” (Drescher, 2015). A persistência de iniciativas religiosas ou pseudoterapêuticas revela, portanto, a distância entre o conhecimento científico consolidado e práticas que insistem na patologização da diversidade sexual. Diante disso, a atuação ética do psicólogo exige recusa ativa a qualquer forma de reversão e compromisso com intervenções baseadas em evidências que promovam saúde, liberdade e dignidade, tornando a denúncia e o combate às práticas de conversão, religiosas ou clínicas, uma responsabilidade ética central na proteção de sujeitos jovens expostos à coerção e à violência simbólica.

5. Um dos casos a ser analisado, onde o discurso religioso e médico se entrelaçam sobre uma mulher intersexual, heterossexual, branca, 28 anos de idade em sofrimento e vítima de violência física, psicológica, verbal e perseguição contra ela e sua mãe. Quando visto o caso podemos estabelecer uma relação com as representações de poder clássicas, que ditam as regras e o domínio sob os corpos através da figura Poder Pastoral, Poder Soberano e do Biopoder, trazidas por Foucault (2008), onde é possível perceber como tal discurso exerce influência sobre o cuidado e tratamento com os sujeitos, exercendo sobre estes corpos uma possível imposição de um saber hierarquizado, opressor e restrito sobre uma suposta natureza e normalidade, arquitetada e desenvolvida por Deus, e qualquer

alteração destas estruturas torna-se desviante, aberração e assim precisa ser combatida, corrigida e retomada a ordem natural das coisas como um discurso religioso normativo. Para a compreensão e diferenciação podemos elucidar que sexualidade e intersexualidade não correspondem ao mesmo significado onde sexualidade pode representar a expressão subjetiva que segundo Camargo (2017) pode ser definida como uma energia que se move ao encontro com o amor, intimidade; influencia pensamentos, sentimentos, ações e interações e, por isso, influência também a nossa saúde física e mental. Já a intersexualidade se dá na variação biológica que foge aos rótulos de “masculino” e “feminino”. Intersexo pode ser evidente a partir de genótipo: uma pessoa pode ter variações em seus genes e cromossomos além da 46, XX e 46, XY que definem sexo feminino e masculino (Gorisch, 2018), inclui também variações hormonais e anatômicas. Tal discussão nos possibilita uma reflexão em como as religiões abordam as questões da sexualidade e intertextualidade, como diferenciado na pesquisa realizada com jovens e exposta no artigo de Silva (2008) onde o discurso dos direitos sexuais, os líderes religiosos afro-brasileiros demonstraram maior abertura e respeito pela diversidade, demonstraram valorizar ou aceitar a construção da autonomia e do diálogo entre pessoas que pensam de maneira diferente. Já os jovens evangélicos pentecostais se posicionaram em consonância com as leis ditadas por suas autoridades religiosas, ou seja, defendiam que Deus “não aprova” a homossexualidade e que só seria possível haver relação afetivo-sexual entre mulheres e homens.

6. Observamos ainda, o caso de um homem cis, gay, pardo, 21 anos de idade que ouvia que a homossexualidade era uma ação demoníaca que estaria atuando sobre a mente dele, uma escolha e que poderia ser liberto se quisesse. Discursos assim podem ser causadores de adoecimentos físicos, psicológicos e sociais, visto que uma condenação Divina também reflete na condenação humana na comunidade religiosa que compartilham deste pensamento de uma “doença” a ser curada, como exposto por Ribeiro (2017):

Algumas instituições religiosas aceitam a prática homossexual, considerando-a normal ou até mesmo natural, enquanto outras instituições a consideram pecaminosa (Silva, Santos, Licciardi, & Paiva, 2008). A partir disso, várias crenças contrárias a essa prática podem ser encontradas, assumindo que a homossexualidade é uma “doença” e pode ser curada ou que os desejos devem ser controlados, posições essas que divergem dos avanços alcançados, por exemplo, em níveis jurídicos e no campo da saúde. (Ribeiro, 2017, p.2)

Não é raro ouvirmos a reprodução serializada de falas e apontamentos sobre as diversidades sexuais e as discussões de gênero, como uma ação governada pela demonização dos corpos e afetos desviantes das impostas como um padrão natural, ditado por um viés religioso que segrega e torna os sujeitos reféns de uma diretriz de vida a ser seguida pela liderança religiosa, impossibilitando a autonomia e as singularidades de ser-estar no mundo. Entretanto, as discussões aqui apresentadas não podem excluir o que a experiência religiosa ou ausência desta provoca nos sujeitos, visto que isto é parte da constituição do seu modo de se relacionar com o mundo.

7. Por fim, o caso de Ana, exemplifica a reflexão supracitada, ao relatar a história de uma mulher de 47 anos, branca, casada e com dois filhos que recorre a psicoterapia pela primeira vez por volta dos 20 anos e vive uma experiência ruim, onde a psicóloga impõe uma visão particular, diretiva, a partir de suas convicções pessoais para conduzi-la a pensar e agir segundo a visão que é a religiosidade não permitiria vivenciar experiências que julgava ser importantes. Tal abordagem da psicóloga trouxe sofrimento para Ana, pois, ao não considerar sua relação com a religiosidade ou até mesmo excluí-la, o processo e aderência à psicoterapia se torna frágil, uma vez que para Ana a religião era parte de sua construção de si, de seus valores e crenças assim como nos aponta Peres (2007) sobre a crença religiosa na vida dos sujeitos.

A crença religiosa constitui uma parte importante da cultura, dos princípios e dos valores utilizados pelos clientes para dar forma a julgamentos e ao processamento de informações. A confirmação de suas crenças e inclinações perceptivas pode fornecer ordem e compreensão de eventos dolorosos, caóticos e imprevisíveis (Carone e Barone, 2001). Vários estudos demonstram que o conhecimento e a valorização dos sistemas de crenças dos clientes colaboram com a aderência do indivíduo à psicoterapia, assim como com melhores resultados das intervenções (Peres, 2007, p.137).

Assim sendo, falar sobre a laicidade na Psicologia não corresponde a excluir ou não considerar as experiências dos sujeitos, nem tão pouco se abster de suas próprias experiências particulares quanto psicólogo, entretanto é preciso o cuidado para que não haja a imposição de que as convicções do psicólogo não sejam sobrepostas às do paciente, usar a religião como forma de dominação, violência e exclusão como nos embasa a Resolução CFP nº 007/2023 (CFP, 2023).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do levantamento de dados quantitativo e qualitativos da pesquisa pudemos relacionar a importância de uma formação, atuação e atualização presentes na teoria com as práticas em Psicologia em seus diversos *settings*, e quando se trata da psicologia atravessada pela religião é notório que seja necessária maior atenção e reflexão para que não haja a violação dos preceitos éticos e violências causadas pelo viés religioso com um plano de fundo para tal.

Entendemos que uma formação acadêmica que aborda as discussões trazidas nas análises desta pesquisa contribui em muito na construção de profissionais críticos e atentos aos atravessamentos possíveis nos contextos clínicos, sociais, relacionais, seja nos equipamentos públicos ou privados.

As pesquisas e o anseio em descobrir, a curiosidade e o desejo por estudar e buscar compreender os atravessamentos religiosos na psicologia não se encerram com o término do PICPq 2025, pois novas pesquisas com estudantes e profissionais se fazem necessárias devido aos poucos estudos realizados na temática.

5. REFERÊNCIAS

- Almeida, A. M.; Stroppa, A. L. P. C. Espiritualidade e saúde mental: o que as evidências mostram? . **Debates em Psiquiatria**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 6, p. 34-41, 2012. DOI: 10.25118/2763-9037.2012.v2.904. Disponível em: <https://revistardp.org.br/revista/article/view/904>. Acesso em: 14 dez. 2025.
- Alves, R.. Os amoladores de facas. In: **Variedades**. Petrópolis: Editora Vozes, 2005. p. 48.
- Foucault, M. Vigiar e punir: nascimento da prisão. 20. ed. Trad. Raquel Ramalhete. Petrópolis: Editora Vozes, 2008. p. 118.
- Camargo, S. A. P. De; Sampaio Neto, L. F. de. Sexualidade e gênero. **Revista da Faculdade de Ciências Médicas de Sorocaba**, Sorocaba, v. 19, n. 4, p. 165-166, 2017. DOI: 10.23925/1984-4840.2017v19i4a1. Disponível em : <https://revistas.pucsp.br/index.php/RFCMS/article/view/35351>. Acesso em 14 nov. 2025.
- Collins, P. H. **Intersectionality as critical social theory**. Duke University Press, 2019.
- Conselho Federal de Psicologia. **Tentativas de aniquilamento de subjetividades LGBTIs**. Brasília, DF: CFP, 2019.
- Conselho Federal de Psicologia. **Resolução nº 001/1999. Estabelece normas de atuação para os psicólogos em relação à questão da Orientação Sexual**. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/1999/03/resolu-ca01999_1.pdf . 1999

Conselho Federal de Psicologia. **Código de Ética Profissional do Psicólogo: Resolução CFP nº 010/2005**. Brasília: CFP, 2005.

Conselho Federal de Psicologia.. **Resolução CFP nº 7, de 07 de abril de 2023. Laicidade no exercício profissional da psicologia**. Disponível em: <https://atosoficiais.com.br/cfp/resolucao-do-exercicio-profissional-n-7-2023-estabelece-normas-para-o-exercicio-profissional-em-relacao-ao-carater-lai-co-da-pratica-psicologica?origin=instituicao>. Acesso em 27 Abr. 2025.

Cowan, P. A.; Cowan, C. P.; Schulz, M. S. Thinking about risk and resilience in families. In: Hetherington, E. M.; Blechman, E. A. (Ed.). **Stress, coping and resiliency in children and families**. New Jersey: Erlbaum, 1996.

Dalgalarondo, P. **Religião, psicopatologia e saúde mental**. Artmed Editora, 2009.

Díaz-Benítez, M. E.; Mattos, A. Interseccionalidade: zonas de problematização e questões metodológicas. In: SIQUEIRA, Isabel et al (orgs.). **Metodologia e Relações Internacionais: debates contemporâneos**, vol II. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Puc-Rio, 2019. p. 67.

Drescher, J. Out of DSM: Depathologizing Homosexuality. **Behavioral Sciences**, v. 5, n. 4, p. 565–575, 2015.

Estrázulas, M. D. De M.; Moraes, N. A. De .. A Experiência Religiosa/Espiritual de Lésbicas, Gays e Bissexuais: Uma Revisão Integrativa de Literatura. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 35, p. e35436, 2019.

Foucault, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

Foucault, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

Foucault, M. **Segurança, território, população: curso no Collège de France (1977-1978)**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

Gorisch, P.; Victório, P. C. Patologização do intersexo pela OMS no CID-11: violações dos iRights? **Unisanta Law and Social Science**, v. 7, n. 3, 2024. Disponível em :<https://periodicos.unisanta.br/LSS/article/view/768>. Acesso em 14 Nov 2025.

Henning-Geronasso, M. C.; Moré, C. L. O. O. Influência da religiosidade/espiritualidade no contexto psicoterapêutico. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 35, p. 711-725, 2015.

IBGE. Censo 2022: católicos seguem em queda; evangélicos e sem religião crescem no país. **Agência de Notícias IBGE**, Rio de Janeiro, 6 jun. 2025.

Maciel, R. F. L. A.; Mattos, A. R. Vozes de mulheres evangélicas acerca da psicoterapia no Rio de Janeiro: ética e disputas. **Mandrágora**, v. 28, n. 2, p. 57-67. 2022.

Margaca, C. Rodrigues, D.. Espiritualidade e resiliência na adultez e velhice: uma revisão. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 31, n. 2, p. 150–157, maio 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/fractal/a/qHLFrMkHJQ6zmWVqDsx6SCz/>. Acesso em 10 Jun de 2025.

Mariz, Cecília Loreto. A religião e o enfrentamento da pobreza no Brasil. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 33, 1991.

Oliveira, S. M.; Peixoto, M. M.; Serpa JR., O. D. DE .. Religiosity and mental suffering experiences of users of the Brazilian public healthcare system. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, v. 24, n. 1, p. 115–139, jan. 2021. Ramalho, V. C. V. S. Constituição da Análise de Discurso Crítica: um percurso teórico-metodológico. **Signótica**, v. 17, n. 2, p. 275-298, 2005.

Organização Mundial Da Saúde. **Sexual health**. Disponível em: http://www.who.int/topics/sexual_health/en/. Acesso em: 14 nov. 2025.

Peres, J. F. P.; Simão, M. J. P.; Nasello, A. G.. Espiritualidade, religiosidade e psicoterapia. **Archives of Clinical Psychiatry (São Paulo)**, v. 34, p. 136–145, 2007. Disponível em : <https://www.scielo.br/j/rpc/a/YFghx4LyPBm6vVMH78Z4h8J/?format=html&lang=pt>.

Ribeiro, L. M.; Scorsolini-Comin, F.. Relações Entre Religiosidade E Homossexualidade Em Jovens Adultos Religiosos. **Psicologia & Sociedade**, V. 29, P. E162267, 2017. Disponível em : <https://www.scielo.br/j/psoc/a/DHhdy85vxNPF7qsSK7Y5my/?lang=pt> . Acesso em 14 nov. 2025.

SEMPESP – Sindicato das Empresas de Radiofusão e Televisão do Estado de São Paulo. **Mapa 2025**. São Paulo: SEMPESP, 2025. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/flipbook/?n=mapa-2025> . Acesso em: 06 out. 2025.

Silva, C. G. Da. et al.. Religiosidade, juventude e sexualidade: entre a autonomia e a rigidez. **Psicologia em Estudo**, v. 13, n. 4, p. 683–692, out. 2008. Disponível em :<https://www.scielo.br/j/pe/a/qLHL-pmHbpmGzkKVX5Xjv8BL/?lang=pt>. Acesso em 14 nov. 2025.

Véras, R. M.; Vieira, J. M. F.; Moraes, F. R. R.. A maternidade prematura: o suporte emocional através da fé e religiosidade. **Psicologia em Estudo**, v. 15, n. 2, p. 325–332, abr. 2010.